

Sumário

Número de notícias: 14 | Número de veículos: 9

HOJE EM DIA - BELO HORIZONTE - MG - DOIS PONTOS
SEGURIDADE SOCIAL

AFASTAMENTO POR SAÚDE MENTAL CRESCE 134% EM MEIO A ADIAMENTO DE MEDIDA PARA DIRETRIZES DE RISCO PSICOSSOCIAIS (Artigo) 3

O TEMPO - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

Câmara aprova programa para acelerar revisão de benefícios 4

VALOR ECONÔMICO - SP - VALOR INVESTE
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Banco Central lançará Drex em 2026 sem "tokenização" 5

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

IPI e a lenda do imposto que se recusa a morrer (Artigo) 7

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
SEGURIDADE SOCIAL

Congresso retoma trabalhos, e oposição pressiona por pauta 9

DIÁRIO DO PARÁ - BELÉM - PA - POLÍTICA
SERVIDOR PÚBLICO

Ministério Público do Pará mantém cerco a prefeito de Ananindeua após decisão do STJ 11

FOLHA ONLINE - SP
REFORMA TRIBUTÁRIA

Estados e municípios finalizam regulamento das exceções da reforma tributária 12

O GLOBO ONLINE - RJ - RIO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Rio quer usar taxa de iluminação pública para financiar projeto de segurança de videomonitoramento da cidade 13

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Tarifação terá impacto de R\$ 5,2 bi para máquinas agrícolas e rodoviárias 14

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Renda até R\$ 3.036 é isenta 16

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO
ECONOMIA

Liderança feminina em grandes empresas, não tem mais como andar devagar (Artigo) 17

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Contornos da nova ideologia econômica 19

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Ibovespa tem quarta sessão de alta com balanços 21

Sexta-Feira, 8 de Agosto de 2025

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Confederação pede que STF suspenda 10F em FIDC..... 23

AFASTAMENTO POR SAÚDE MENTAL CRESCCE 134% EM MEIO A ADIAMENTO DE MEDIDA PARA DIRETRIZES DE RISCO PSICOSSOCIAIS (Artigo)

ÂNGELA MATHYLDE SOARES*

O afastamento do trabalho por transtornos mentais cresceu 134% nos últimos dois anos, segundo pesquisa do Observatório de Segurança e Saúde no Trabalho, considerando os dados de acidentes no trabalho do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**). As estatísticas são alarmantes e apenas reforçam a importância de que as empresas devem ter mais cuidados com as condições de saúde dos colaboradores.

Os números saltaram de 201 mil para 472 mil casos, entre 2022 e 2024. O Ministério Público do Trabalho (MPT) aponta que o estresse é o principal responsável pelos afastamentos acidentários, ou seja, períodos em que o trabalhador se ausenta da empresa devido a acidentes ou doenças ocupacionais para reabilitação. O estresse representa 28,6% dos casos, seguido da ansiedade (27,4%), episódios depressivos (25,1%) e depressão recorrente (8,46%).

Já em relação aos afastamentos em geral, os episódios depressivos (25,6%), ansiosos (20,9%) e a depressão recorrente (12%) são os mais comuns, respondendo por 460 mil benefícios, concedidos pelo **INSS**, apenas em 2024.

As doenças ocupacionais estão cada vez mais comuns entre brasileiros, em decorrência de uma série de fatores, como rotina agitada; obrigações e cobranças; prazos; assédios de caráter moral ou sexual. As situações afetam profundamente a vida de milhares de trabalhadores, pois cada indivíduo tem sua própria maneira para lidar com elas.

O burnout também é um problema crescente, apesar de não ser citado na pesquisa. A patologia decorre exatamente do acúmulo de tarefas, ambientes estressantes, prazos apertados e o cansaço, comprometendo físico e mente por desregular o adequado funcionamento do organismo, causando uma sensação incapacitante ao impedir a execução parcial ou total das atividades.

Apesar dessa crescente necessidade de cuidados com a saúde da equipe, a norma definidora de diretrizes para a saúde no ambiente de trabalho segue sendo adiada pelo governo. A normativa incluiria informações sobre a saúde mental para reduzir fatores impactantes da mente, como estresse, assédio moral e sobrecarga.

A NR-1 apresentaria as diretrizes para garantir a saúde dos trabalhadores com dignidade e qualidade de vida. A inclusão dos riscos psicossociais permitiria ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) fiscalizar as empresas e aplicar multas em casos de situações inadequadas.

O fato é que as empresas também deveriam adotar um Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR), estabelecendo o próprio documento com as situações ocupacionais e ambientais para prevenir doenças como o burnout e a depressão. A proposta inicial era a normativa entrarem vigor no fim de maio, porém a pressão dos sindicatos patronais contribuiu para o adiamento.

A dignidade no trabalho é um direito do empregado. A saúde mental no ofício permite maior bem-estar e conforto, contribuindo para a criação de um ambiente saudável, seguro e produtivo, propiciando uma equipe mais motivada, criativa e produtiva.

As empresas têm diversas formas para demonstrar a importância do colaborador e o quanto o valorizam como mão de obra e pessoa. Algumas dessas ações envolvem um feedback construtivo, elogios, reconhecimentos, comunicação aberta e transparente, comunicação de resultados, interesse em manter um local de trabalho saudável e garantir oportunidades de crescimento.

*Neurocientista, psicanalista e psicopedagoga

Site:

<https://digital.hojeemdia.com.br/produto/hed/pagina/1>

Câmara aprova programa para acelerar revisão de benefícios

A proposta ainda precisa ser aprovada pelo plenário do Senado Federal

A Câmara dos Deputados aprovou por Córdão, a Medida Provisória (MP) que cria um programa para acelerar a revisão de benefícios do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**). A proposta ainda precisa ser aprovada no plenário do Senado.

O Programa de Gerenciamento de Benefícios para o **INSS** tem o objetivo de reduzir o tempo de espera para realização de perícia e agilizar a análise de benefícios previdenciários e assistenciais para reduzir pagamentos indevidos.

Para isso, o programa estabelece um bônus em pagamento extra aos servidores desses órgãos. O valor é R\$ 68 para o **INSS** e R\$ 75 para a perícia médica federal, para cada processo finalizado. Ainda assim, o governo federal afirma, no texto da medida, que a intenção é "reduzir o gasto público com o pagamento de benefícios que não preenchem mais as condições para a manutenção da prestação previdenciária ou assistência 1".

Segundo o texto, esses pagamentos extraordinários não serão incorporados aos vencimentos, à remuneração ou aos proventos das aposentadorias e das pensões. Esses valores também não servirão de base de cálculo para benefícios ou vantagens, não integrarão a base de contribuição previdenciária do servidor e não serão devidos nas hipóteses de pagamento de adicional noturno ou de compensação de horas.

Também integram o programa os serviços de perícia médica federal que são realizados nas unidades do **INSS** sem oferta de agendamento ou nas quais o agendamento só possa ser feito em 30 dias.

A previsão de duração do programa é de 12 meses, prazo que pode ser prorrogado uma vez. A fila de pedidos da Previdência chegou a 1,95 milhão no ano passado, alcançando o maior patamar desde o governo anterior, quando passou de 2 milhões.

OPERAÇÃO. A MP foi apresentada pelo governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) em abril. No fim daquele mês uma operação da Polícia Federal (PF) e da Controladoria-Geral da União (CGU) mirou

um esquema de descontos associativos indevidos nas aposentadorias e pensões pelo **INSS**.

Diante da crise, o governo prometeu ressarcir os aposentados e pensionistas pelos descontos indevidos e abriu um prazo para contestação, além de recorrer ao Supremo Tribunal Federal (STF) para que paralise as ações judiciais que cobram a devolução e autorize o pagamento por fora das regras fiscais. (Carolina Linhares/Folhapress e Estadão Conteúdo)

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#!/edition/188290?page=1§ion=1>

Banco Central lançará Drex em 2026 sem "tokenização"

Ricardo Bomfim Do Rio

O projeto Drex, do Banco Central (BC), deixará de lado em sua próxima fase o complexo desenvolvimento de uma tecnologia de registro distribuído (DLT) dos ativos digitais para o sistema financeiro. Em vez disso, o BC irá priorizar um objetivo mais modesto de criar uma solução de reconciliação de gravames, que abrirá espaço para operações de crédito com garantias variadas, já em 2026.

A mudança, que foi recebida como uma guinada no projeto, implicará em adiar o uso de redes descentralizadas das criptomoc-das que levam à programabilidade do dinheiro, crédito pessoa a pessoa e demais operações financeiras sem intermediários, conforme planejado inicialmente.

A informação da mudança no foco do Drex foi apresentada primeiro pela auditora do BC, Clarissa Souza, durante um painel no Blockchain Rio. Em seguida, o coordenador do Drex no BC, Fabio Araújo, confirmou a alteração em entrevista ao Valor.

Araújo disse que o projeto será dividido em dois horizontes temporais: um para oferecer um serviço à população no curto prazo sem rede descentralizada e outro para amadurecer este tipo de tecnologia. Neste caso, ele detalhou que a reconciliação de gravames será uma maneira de garantir que um ativo registrado em corretora seja utilizado como garantia de crédito com todos os diferentes sistemas envolvidos conversando.

Originalmente, esperava-se que isso fosse realizado dentro da rede que o BC escolheu em 2023 para ser a infraestrutura do Drex, a Hyperledger Besu. O protocolo é uma DLT permissionada compatível com a linguagem de contratos inteligentes do Ethereum. No entanto, a ideia foi abandonada pela dificuldade de se desenvolver todas as soluções nessa rede no curto prazo.

Um dos maiores obstáculos encontrados pelo BC até agora foi a implementação de uma solução de privacidade para o Drex dentro da Hyperledger sem perder as características de programabilidade e componibilidade. Foram testadas três ferramentas na primeira fase do projeto e nenhuma conseguiu satisfazer completamente a autoridade monetária.

Outras três soluções surgiram na segunda fase.

Araújo afirma que as soluções de privacidade atuais são muito boas, porém ainda é necessário muito trabalho, desenvolvimento e adaptação para que elas se tornem parte da base de um novo sistema financeiro baseado em tecnologia descentralizada. "Achamos boas soluções de privacidade, só que aparentemente não é suficiente. A gente precisa botar isso para teste", disse.

Marcos Saíres, CEO da GoLedger - empresa que faz parte da fundação Hyperledger, escolhida pelo BC - disse que não há sinalização sobre a continuidade do uso da Hyperledger Besu no futuro, quando as questões de DLT voltarem ao foco do Drex. Sarres admitiu que o "client" (nó permissionado dentro da blockchain) escolhida, o Besu, não foi o ideal para o projeto devido a suas limitações. "Existem tecnologias que já vêm no seu foco, você não precisa desenvolver customizada a privacidade e a escalabilidade. Já existem tecnologias que oferecem isso". Como exemplo, ele cita a Hyperledger Fabric, que teve recentemente uma atualização que permite a realização de até 200 milhões de transações por segundo (ante 20 milhões na versão antiga). A **Receita Federal** já usa a Hyperledger Fabric no programa b-Cadastros, de compartilhamento de bases de dados.

O BC ainda não explicou qual será a tecnologia usada para a reconciliação de gravames para garantia de crédito. Até mesmo pessoas que participam dos consórcios da iniciativa privada que hoje testam o Drex se disseram surpresas com a medida.

Marcos Viriato, CEO da Parfin, empresa que desenvolve uma das soluções de privacidade do Drex, diz que uma possibilidade é que a troca dos ativos nesta terceira fase seja feita na infraestrutura do Pix, por exemplo. "É como o que eles já tinham falado, que queriam integração com o Pix", diz. No final de julho, os 16 consórcios da iniciativa privada que participam do Drex entregaram relatórios sobre os testes que realizaram em 13 casos de uso de tokenização. Um relatório abrangente sobre esta segunda fase será entregue pelo BC até outubro. Não se sabe quando a terceira fase do Drex, focada nesse caso de colateralização de crédito, começará, mas espera-se que seja ainda este ano.

Os casos de uso testados eram bem mais abrangentes do que o que será entregue e envolviam até mesmo a venda tokenizada de imóveis. De acordo com Araújo, as soluções que dependem de DLT serão debatidas e desenvolvidas nas próximas fases, depois que a reconciliação de gravames estiver resolvida.

Não há clareza sobre a continuidade, no futuro, dos trabalhos dos 16 consórcios que estão hoje no projeto do Drex. Além das dificuldades tecnológicas, o Drex se tornou alvo da polarização política em tempos mais recentes. Em especial quando o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, decidiu encampar um projeto para proibir a criação de uma moeda digital de banco central (CBDC) pelo Federal Reserve (Fed, banco central americano). Políticos brasileiros começaram a criticar o projeto.

Ao Valor, empresas que participavam do piloto do Drex demonstraram surpresa pela guinada brusca, porém disseram que a mudança não altera os planos de impulsionar a tokenização no país. Segundo João Canhada, fundador da corretora de criptomoedas Fox-bit, que participa dos testes do Drex, o mercado de tokenização já estava avançando mesmo sem o Drex. "De fato, tinha muito caminho e oportunidade se o Drex viesse da forma como estava sendo debatido até então. Mas o mercado de tokenização atual não está ancorado no que o Drex vai poder entregar no futuro", afirma.

André Portilho, chefe de ativos digitais do BTG Pactual, banco que também faz parte do projeto-piloto do Drex, disse que a decisão do BC de fasear a implementação do projeto é "pragmática e acertada". Isso porque manteria o projeto e a visão de longo prazo, mas dividiria a iniciativa em fases, de forma a atingir os objetivos à medida que a tecnologia ganha maturidade.

João Aragão, especialista em tecnologia e inovação em serviços financeiros no banco Inter, disse que o banco "tokenizou" negociação de soja e colocou interoperabilidade (troca de dados em diferentes sistemas) na segunda fase do Drex. A experiência, de acordo com ele, não foi perdida com a mudança de direcionamento. "Todos estamos correndo atrás da [futura] licença para prestador de serviços de ativos virtuais e temos vários outros projetos que queremos colocar na mesa. Vamos continuar trabalhando em tokenização."

Em nota, a Federação Brasileira de Bancos (Fcbaban) afirmou que tem confiança de que o BC está desenvolvendo esse projeto com as cautelas necessárias para atender aos requisitos de eficiência, segurança e estabilidade que o assunto requer.

"Continuamos firmemente no grupo de apoio à criação da plataforma Drex e estamos trabalhando com o Acordo de Cooperação Técnica que segue em andamento."

"Hyperledger Besu não foi a melhor escolha; existem tecnologias que oferecem mais privacidade e escala"

Marcos Sarres

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20250808>

IPI e a lenda do imposto que se recusa a morrer (Artigo)

Lina Santin

O Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) tem raízes no antigo Imposto de Consumo (IC), previsto desde a Constituição de 1891. Quando a Emenda Constitucional (EC) 18/1965 o instituiu com novo nome, muitos já o viam apenas como uma roupagem moderna de um tributo antigo.

A Constituição de 1988 estabeleceu três princípios fundamentais para o IPI: (i) seletividade conforme a essencialidade do produto; (ii) não cumulatividade, com compensação do imposto ao longo da cadeia; e (iii) não incidência na exportação. Na prática, nenhum deles foi plenamente respeitado.

A seletividade deveria assegurar alíquotas menores para bens essenciais. No entanto, o que se viu foi um uso aleatório ou politicamente orientado da Tabela de Incidência do IPI (TI PI), fonte inesgotável de contencioso. A racionalidade técnica na definição de suas alíquotas cedeu lugar a pressões arrecadatórias, setoriais e casuísticas. O emblemático caso do "leite de rosas" é ilustrativo: classificado pelo contribuinte como desodorante (alíquota de 7%), foi entendido pela fiscalização como loção embelezadora (alíquota de 22%).

A não cumulatividade também ficou comprometida.

O sistema pressupõe o direito de crédito na aquisição de insumos para evitar a incidência de imposto sobre imposto. Na prática, contudo, as regras são restritivas e permitem o crédito somente daqueles materiais que se incorporam ao novo produto e sejam indispensáveis à sua composição ou que sejam consumidos e essenciais no processo produtivo. A aquisição de outros insumos indiretamente ligados ao processo produtivo não dão direito ao crédito.

A exportação, embora formalmente desonerada, carrega IPI embutido. O tributo acumulado na cadeia, não compensado nem devolvido, transforma-se em custo e compõe o preço final da mercadoria exportada, reduzindo a competitividade do produto brasileiro no mercado internacional.

De forma geral, o IPI contraria diretrizes elementares de política econômica, onera a produção nacional e desincentiva o investimento e desenvolvimento. Além

disso, o IPI gera distorções pois incide na origem e fomenta incentivos setoriais e regionais, também causadores de conflitos, desigualdades e distorções econômicas na eficiência da logística e alocação de recursos e investimentos.

Enquanto isso, o fenômeno mundial da desindustrialização atingiu o Brasil de forma precoce, com início ainda na década de 80, antes do país alcançar plena maturidade industrial e com renda per capita muito inferior à dos países desenvolvidos. Conseqüentemente, o IPI vem perdendo sua relevância arrecadatória.

Não contente, a **Receita Federal** adotou um conceito ampliativo de "praça"-critério para aplicação do valor tributário mínimo (VTM), regra antielisiva voltada a operações entre empresas interdependentes-, como tentativa de incluir a etapa da distribuição na base de cálculo do IPI, ainda que estivesse fora do seu campo de incidência. A medida desconsiderava as tendências micro e macroeconômicas de desverticalização, penalizando a alocação eficiente da logística na separação entre as atividades industrial e comercial, gerando enorme contencioso para as empresas.

A gravidade dessas distorções era reconhecida desde o início da tramitação da PEC 45/2019, que propunha a extinção completa do IPI. No entanto, em julho de 2023, o texto aprovado pela Câmara dos Deputados previu a manutenção do IPI, com alíquotas zeradas a partir de 2027, exceto para os produtos com industrialização incentivada na Zona Franca de

Manaus (ZFM). A ideia era mantê-lo como instrumento de proteção à ZFM até 2033, quando ocorreria sua extinção definitiva.

Na análise pelo Senado Federal, o IPI foi mais uma vez fortalecido. O texto de novembro de 2023 vinculou sua extinção à criação de uma nova contribuição de intervenção do domínio econômico (Cide) sobre importação, industrialização ou comercialização de bens produzidos fora da ZFM que tenham similares com industrialização incentivada dentro da ZFM.

Finalmente, a Emenda Constitucional 132/2023 foi promulgada preservando o IPI indefinidamente. O artigo 126, III, 'a' do Ato de Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) determina, a partir

de 2027, alíquota zero de IPI, "exceto em relação aos produtos que tenham industrialização incentivada na Zona Franca de Manaus, conforme critérios estabelecidos em lei complementar".

Por sua vez, o artigo 454 da Lei Complementar 214/2025 define que não serão onerados pelo IPI apenas aqueles produtos sujeitos à alíquota inferior a 6,5% em dezembro de 2023 e que tenham (i) sido industrializados na Zona Franca em 2024; ou (ii) projetos aprovados pela Suframa entre janeiro de 2022 e janeiro de 2025.

Desta forma, o IPI se cristaliza como a fênix da **reforma tributária**. Como o pássaro mitológico que renasce das próprias cinzas, o tributo que deveria ser superado pela modernização do sistema retorna envolto em simbolismo político, exceções fiscais e interesses regionais.

Sob o pretexto de proteger um diferencial competitivo da Zona Franca de Manaus, perpetua-se um castigo injustificável à indústria nacional fora dela. Não é legítimo - nem racional - que se preserve a competitividade de uma região sacrificando a lógica produtiva e tributária do restante do país, desvirtuando a alocação racional de capital, ferindo os princípios da isonomia e da neutralidade.

Tal como na mitologia grega, egípcia e chinesa, a fênix representa a perpetuação. E no Brasil, onde a esperança nunca morre, também os **tributos** ineficientes parecem destinados à eternidade.

Li na Santin cadvogada tributarista, professora e pesquisadora do NEF/FGV

Este artigo reflete as opiniões do autor, e não do jornal Valor Econômico. O jornal não se responsabiliza e nem pode ser responsabilizado pelas informações acima ou por prejuízos de qualquer natureza em decorrência do uso dessas informações

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20250808>

Congresso retoma trabalhos, e oposição pressiona por pauta

Os trabalhos no Congresso Nacional foram retomados na quinta-feira (7) após dois dias de um bloqueio promovido por parlamentares bolsonaristas. Com os plenários esvaziados, Câmara e Senado aprovaram poucos projetos em meio a debates sobre a crise que tomou conta da semana. O presidente da Câmara, Hugo Motta (Republica-nos-PB), ouviu pedidos de desculpas e veio a público para negar que tenha negociado a desocupação do plenário, embora haja tratativas nos bastidores para avançar com pautas de interesse dos amotinados. No Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), ironizou o anúncio da oposição sobre a coleta de assinaturas para o impeachment do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF).

A expectativa, agora, é pela pauta de votações da próxima semana. Na Câmara, a oposição já tentará dar andamento à proposta de emenda à Constituição (PEC) que altera as regras do foro privilegiado. A ideia é vedar investigações contra parlamentares enquanto não houver aval do Congresso e estabelecer três graus de julgamento para os pro-

cessos contra deputados e senadores, retirando os casos do Supremo.

Criticado pela falta de comando para retomar o controle da Câmara, Motta disse que a presidência da Casa é "inegociável". "O presidente da Câmara não negocia suas prerrogativas, nem com a oposição e nem com o governo", afirmou. A desocupação do plenário, no entanto, só foi viabilizada por um acordo com líderes do Centrão, incluindo o deputado Arthur Lira (PP-AL), ex-presidente da Casa. Motta relativizou a participação do antecessor na solução para a crise.

"O presidente Arthur Lira é um amigo, uma pessoa que tem colaborado muito com o país nas matérias que têm relatado recentemente, como o Imposto de Renda. Foi um presidente que atuou aqui sempre também na defesa institucional da Câmara e é natural que em momentos de tensão todos aqueles que querem o bem da casa se unam para construir soluções para os problemas", disse.

Na volta aos trabalhos, um dos principais comandantes do motim bolsonarista, o líder do PL na Câmara, Sóstenes Cavalcante (RJ), baixou o tom das declarações feitas nos dias anteriores e, do púlpito da

Câmara, chegou a pedir perdão a Hugo Motta.

"O presidente Hugo Motta não foi

chantageado por nós e não se comprometeu com pauta nenhuma conosco. Não é comportamento da direita chantagear ninguém, nem ao presidente da Câmara e nem do Senado. Mas é importante lembrar que há parlamentares sendo chantageados por ministros do STF", acusou.

Apesar de negar ter acertado um acordo para encerrar o motim, Motta vocalizou, em entrevista ao portal Metrôpoles, "um sentimento de incômodo, tanto na Câmara quanto no Senado, com decisões do STF, com algumas invasões de prerrogativas, e com interferência do Judiciário no Legislativo". A declaração está em linha com as tratativas nos bastidores para avançar com um pacote de medidas de blindagem do Congresso, com destaque para a PEC do foro privilegiado.

A depender do posicionamento dos principais líderes do Centrão, há também a possibilidade de inclusão na pauta de um texto sobre anistia aos envolvidos nos atos golpistas de 8 de janeiro. "O sentimento que o presidente deve respeitar, em qualquer matéria, é o sentimento da maioria", disse Motta sobre a anistia, um projeto que, uma vez aprovado, acarretará em grande tensionamento da relação com o STF.

Aliados de Motta avaliam que o pior momento da crise passou, quando o presidente da Casa conse-

guiu na noite de quarta-feira retomar sua cadeira e finalmente realizou a rápida sessão de reabertura dos trabalhos após o recesso. No entanto, acrescentam, o plano agora é fazer andar a pauta para virar definitivamente esta página.

Um primeiro passo foi dado já na quinta-feira, com a aprovação da Medida Provisória 1296/2025, que cria o Programa de Gerenciamento de Benefícios (PGB) para otimizar a revisão de benefícios do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). A MP tem como objetivo reduzir o tempo de espera para análise de processos e realização de perícias, o que pode levar o governo a diminuir gastos com pagamentos indevidos de benefícios e evitar despesas com juros e correção monetária devido à demora nas análises. O texto

seguiu para o Senado.

Já os deputados Marcei van Hat-tem (Novo-RS), Marcos Pollon (PL-MS) e Zé Trovão (PL-SC) devem figurar entre os parlamentares que serão suspensos pela Câmara por conta da ocupação do plenário da Casa, nesta semana.

Segundo o Valor apurou, a lista deverá conter outros nomes. O pe-

dido de "perdão" feito por Sóstenes foi visto como uma tentativa de atenuar as sanções aos deputados do partido. Van Hattem ocupou a cadeira de Motta até o último minuto da desocupação da mesa. Motta ficou incomodado com a repercussão da ocupação e foi orientado a não recuar da punição aos principais atores do motim.

Ao Valor, Van Hattem disse que estava na cadeira do secretário-geral da Mesa, "o que facilmente se comprova pelas imagens": "Quando Hugo Motta chegou, eu ainda não tinha sido avisado de que os demais membros da oposição tinham aceitado o acordo. Só concordei em sair após falar com Nikolas e Zucco, que estavam se encarregando de informar os demais membros da oposição sobre o que tinha sido acordado com demais líderes."

Procurado, Pollon disse que ocupou a mesa diretora até ser informado sobre o acordo para a retirada. O Valor tentou, mas não conseguiu, contato com Trovão.

Diferentemente do que aconteceu na Câmara, a desocupação do plenário do Senado não aconteceu mediante acordo com os amotina-

dos. Nas duas reuniões que fez com lideranças da Casa e senadores da oposição, na noite de quarta-feira, Alcolumbre reafirmou aos presentes que não aceitaria nenhuma pressão para pautar o pedido de impeachment de Alexandre de Moraes.

Os senadores de oposição anunciaram que o grupo conseguiu reunir 41 assinaturas favoráveis à abertura do processo. O número representa mais da metade dos 81 senadores da Casa, mas não garante que o tema vá a voto. A inclusão na pauta é prerrogativa exclusiva do presidente do Senado, que chegou a ironizar a iniciativa. Segundo apurou o Valor, durante reunião de líderes, na quinta, Alcolumbre disse que nem 81 assinaturas o forçariam a abrir o processo contra Moraes.

Alcolumbre sentou na cadeira de presidente sem nenhuma resistência dos pares e comandou a votação do projeto de lei que isenta de Imposto de Renda quem ganha até dois salários mínimos. A matéria era

a mais ameaçada em meio ao motim bolsonarista, pois o texto validava regras de uma medida provisória editada em abril, que perderia validade na segunda-feira (11).

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188290?page=1§ion=1>

Ministério Público do Pará mantém cerco a prefeito de Ananindeua após decisão do STJ

Carol Menezes

O Ministério Público do Estado do Pará (MPPA) se manifestou oficialmente após a decisão liminar do Superior Tribunal de Justiça (STJ) que permitiu o retorno temporário de Daniel Santos (PSB) ao cargo de prefeito de Ananindeua. Em nota, o órgão afirma que a medida foi limitada à suspensão do afastamento cautelar e que não representa uma "carta de alforria", como foi divulgada por apoiadores do gestor.

A decisão do STJ foi proferida no âmbito de um habeas corpus impetrado pela defesa de Daniel Santos, após ele ser afastado do cargo em julho, durante a "Operação Hades", que investiga o desvio de recursos públicos nas áreas de saúde e saneamento do município. Segundo o MPPA, o próprio ministro relator do caso, ao conceder a liminar, reconheceu a gravidade dos fatos como "indiscutível".

Ainda de acordo com a nota, seguem válidas as demais medidas judiciais deferidas, como o bloqueio de

bens do prefeito e de outros investigados, além da custódia de todo o material apreendido pela operação.

A investigação do Ministério Público aponta para a existência de um esquema de fraudes em contratos públicos, com envolvimento de servidores e empresários. Até o momento, segundo o MPPA, já há provas de condutas criminosas amplamente detalhadas nos autos. "O MPPA continuará incansável na defesa do patrimônio público e no combate à corrupção", finaliza a nota.

INDÍCIOS FORTES

A decisão do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TPA) que determinou medidas cautelares contra o prefeito Daniel Santos e outros investigados revela a existência de um ramificado esquema de corrupção envolvendo recursos públicos municipais, licitações dirigidas e contratos super-faturados. Assinada em 30 de julho de 2025 pelo desembargador Pedro Pinheiro Sotero, a decisão atende a pedido do Ministério Público do Estado do Pará (MPPA), que aponta fortes indícios de corrupção ativa e passiva, lavagem de di-

neiro, fraudes em licitações e participação em

organização criminosa.

De acordo com a decisão, foram autorizadas medidas como afastamento de funções públicas, suspensão de contratos administrativos, quebra de sigilos bancários e fiscais, bloqueio de bens e realização de buscas e apreensões em endereços residenciais e empresariais ligados aos investiga-

dos. O MPPA baseou o pedido em um extenso relatório com mais de 300 páginas, produzido pelo Grupo de Atuação Especial no Combate ao Crime Organizado (Gaeco), que detalha o funcionamento do esquema criminoso.

O caso envolve diretamente três **servidores públicos** municipais - incluindo o prefeito Daniel -, além de empresários e representantes de ao menos

oito empresas que, segundo a investigação, foram beneficiadas com contratos fraudulentos firmados com a gestão municipal de Ananindeua. O núcleo do esquema operava por meio de direcionamento de licitações, uso de cláusulas restritivas ilegais nos editais e simulação de concorrência, garantindo que empresas previamente escolhidas fossem as vencedoras. Em troca, as empresas realiza-

vam pagamentos indevidos aos agentes públicos, tanto em espécie quanto por meio da aquisição de bens e serviços de interesse pessoal do prefeito Daniel Santos e de seus aliados.

Os contratos sob suspeita somam dezenas de milhões de reais e envolvem obras de infraestrutura, fornecimento de medicamentos e serviços de engenharia. Parte dos recursos teria sido utilizada para a compra de um complexo rural, financiamento de uma aeronave e aquisição de equipamentos e insumos agrícolas, todos atribuídos ao patrimônio oculto do prefeito, por meio de empresas registradas em nome de terceiros.

Site:

<https://dol.com.br/digital/Page?editionId=3209#book>

Estados e municípios finalizam regulamento das exceções da reforma tributária

Eduardo Cucolo

O grupo formado por estados e municípios para elaborar o regulamento sobre regimes diferenciados, específicos e favorecidos da **reforma tributária** entregou o resultado dos seus trabalhos à **Receita Federal** no início de agosto.

A previsão é que as regras infralegais sejam publicadas até o final de setembro, após discussões entre representantes dos três níveis de governo, segundo Antônio Alcoforado, auditor da Sefaz/PE. Ele é coordenador do grupo responsável por todos os regimes que representam exceções à regra geral dentro do Pré-Comitê Gestor formado por estados e municípios.

É necessário consenso para que seja publicado um ato conjunto com as regras que serão aplicadas aos novos **tributos**.

Essa parte do regulamento se refere a cerca de metade (261 de 544 artigos) da lei complementar 214/2025, o que inclui instituições financeiras, setor imobiliário, Zona Franca de Manaus e boa parte das operações do agronegócio.

"Por meio do Pré-Comitê Gestor, elaboramos uma minuta e entregamos à **Receita Federal**", afirmou Alcoforado durante o 1º Colóquio da **Reforma Tributária** do Consumo promovido pela APET (Associação Paulista de Estudos Tributários). "Há uma perspectiva de publicação desse regulamento até o final de setembro."

Em 2026 não haverá cobrança dos novos **tributos**. Alcoforado disse entender que a dispensa em relação ao IBS (Imposto sobre Bens e Serviços) é inconstitucional, pois a União não pode conceder isenção de **tributos** dos estados e municípios.

Notícias Relacionadas:

PORTAL UOL

Estados e municípios finalizam regulamento das exceções da **reforma tributária**

Site: <https://www1.folha.uol.com.br/blogs/que-imposto-e-esse/2025/08/estados-e-municipios-finalizam-regulamento-das-excecoes-da-reforma-tributaria.shtml>

Rio quer usar taxa de iluminação pública para financiar projeto de segurança de videomonitoramento da cidade

O prefeito Eduardo Paes encaminhou nesta quinta-feira à Câmara de Vereadores do Rio projeto que altera as regras para a cobrança e uso dos recursos arrecadados com a Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública (Cosip), cobrada com a conta de luz. A proposta prevê que os recursos da Cosip também poderão ser empregados para manter e ampliar um sistema de videomonitoramento voltado para a Segurança Pública.

A Cosip foi instituída na cidade em 2009. Os valores cobrados variam conforme o consumo e o tipo de imóvel, se é residencial, comercial ou industrial. Desde a sua concepção, a lei prevê que os recursos devem ser usados para financiar o serviço de iluminação pública, o que inclui instalação, manutenção e melhoramento da rede. Somente em 2024, a Cosip gerou uma receita de R\$ 443,7 milhões aos cofres públicos, segundo o Tribunal de Contas do Município (TCM).

O texto também muda os prazos para as concessionárias prestarem contas da arrecadação. Há ainda mudanças em uma tabela que define os valores a recolher conforme a faixa de consumo. O líder do governo, Márcio Ribeiro (PSD), explicou que mesmo assim, não houve alterações dos valores pagos.

- A permissão para que a Cosip passe também a custear os sistemas de monitoramento e segurança da cidade é uma mudança bem-vinda, assim como o escalonamento da contribuição segundo a faixa de consumo. A Câmara do Rio vai analisar o projeto de forma republicana, sempre com o bem-estar do carioca em mente - disse o presidente da Câmara, Carlo Caiado (PSD).

Os recursos da Cosip devem ajudar o município a cumprir uma das metas do Plano Estratégico 2025-2028 que prevê a instalação de 15 mil câmeras de videomonitoramento voltadas para a Segurança Pública. Hoje, o Rio conta com 5 mil equipamentos, mas eles são usados principalmente para monitorar o trânsito da cidade.

Na justificativa que acompanha o projeto, o prefeito Eduardo Paes diz que o direcionamento de recursos

da Cosip para a segurança foi prevista pela **Reforma Tributária**.

Site: <https://oglobo.globo.com/rio/noticia/2025/08/08/rio-quer-usar-taxa-de-iluminacao-publica-para-financiar-projeto-de-seguranca-de-videomonitoramento-da-cidade.ghtml>

Tarifaço terá impacto de R\$ 5,2 bi para máquinas agrícolas e rodoviárias

O impacto do tarifaço de 50% do presidente Donald Trump para as máquinas agrícolas (tratores, colheitadeiras) e máquinas rodoviárias (retroescavadeiras) produzidas no Brasil e exportadas aos Estados Unidos será de US\$ 966 milhões (R\$ 5,2 bilhões), segundo cálculo da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea). Esse será o custo adicional com a nova tarifa, considerando que o nível de exportações verificado ano passado se mantenha este ano, informou a Anfavea.

-Mas com esse aumento será difícil que o mesmo volume de exportação de 2024 continue indo para os EUA este ano -disse Igor Calvet, presidente da Anfavea.

No ano passado, o Brasil exportou US\$ 96 milhões (R\$ 524 milhões) em máquinas agrícolas para os EUA e US\$ 1,6 bilhão (R\$ 8,7 bilhões) em máquinas rodoviárias. A alíquota de importação para esses dois segmentos era zero.

Com os 50% **impostos** por Trump, o custo de máquinas agrícolas sobe em US\$ 53 milhões (R\$ 289 milhões) e para máquinas rodoviárias em US\$ 913 milhões (R\$ 4,9 bilhões).

Se for incluído o setor de autopeças, o peso do tarifaço fica ainda maior. O Brasil exportou para os EUA US\$ 1,4 bilhão (R\$ 7,6 bilhões) em produtos no ano passado. Com o tarifaço de Trump, o custo adicional será de US\$ 347 milhões (R\$ 1,8 bilhão).

JUROS E VENDAS INTERNAS

Em outra frente, a Anfavea revisou para baixo a previsão de vendas de veículos no mercado doméstico este ano. Já nas exportações, as vendas para países vizinhos têm surpreendido, sobretudo para o mercado argentino, e a estimativa foi revisada para cima. Para a produção, a projeção foi mantida em 2,7 milhões de unidades, alta de 7,8%.

No início de 2025, havia previsão de chegar a 2,8 milhões de unidades vendidas, alta de 6,3% em relação ao ano anterior. Agora, a expectativa é que sejam emplacados 2,7 milhões de unidades, uma alta de 5% em relação ao mesmo período.

-Os juros elevados são um dos fatores que levaram a

essa revisão. Temos um encargo real de quase 10% com a Selic (taxa básica de juros) em 15%. Isso gera retração na demanda -explicou Igor Calvet, presidente da Anfavea em entrevista para apresentação dos números de julho, lembrando que o crédito cresceu mais de 33% em 2024 e este ano deve ter expansão de apenas 7%.

Calvet disse que a previsão de produção foi mantida porque as exportações brasileiras para países vizinhos surpreenderam e estão em forte crescimento. A estimativa da Anfavea é que sejam exportadas 552 mil unidades este ano (frente a uma projeção inicial de 428 mil), alta de 38,4% na comparação anual.

A Argentina, vem puxando as compras com aumento de 156,5% entre janeiro e julho, na comparação anual. Hoje, o país vizinho absorve quase 59% das exportações brasileiras, frente aos 35,1% no mesmo período do ano passado.

PROGRAMA DO GOVERNO

Os "carros sustentáveis", modelos enquadrados em critérios ambientais, técnicos e produtivos pelo governo para obter isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IP1), puxaram as vendas de veículo leves no mês passado, segundo a Anfavea. Esse segmento teve crescimento de 16,7% em julho (sendo que o programa começou dia 11) já que os preços recuaram com a isenção do IPI. A média diária de emplacamentos desses veículos subiu de 437 para 509 na comparação de julho com igual mês de 2024 -fato atribuído ao programa.

-O programa impactou positivamente as vendas no varejo. Queremos que continue avançando e oferecendo maior acesso às pessoas. O número de modelos ainda é limitado -disse Calvet.

No ano, a produção de veículos chegou a 1,46 milhão de unidades frente a 1,384 milhão no mesmo período do ano passado, alta de 6,1%. Já as vendas acumulam 1,44 milhão este ano, frente a 1,38 milhão em 2024, alta de 4,1%.

A Anfavea informou que os carros chineses representaram 6% dos emplacamentos de janeiro a julho. Foram vendidos 273,7 mil carros importados no país, alta de 14,5% em relação ao mesmo período de

2024. Só da China, vieram 87,8 mil unidades (alta anual de 41%). A Argentina mandou 121,4 mil unidades ao Brasil.

- A questão é que com a Argentina, as importações e exportações se equilibram. Já para a China, não temos vendas, só importação - lembrou Calvet.

A participação dos veículos eletrificados (híbridos e elétricos puros) nas vendas do país subiu de 6,7% para 10,9% em um ano. Em julho foram emplacados 160 ônibus elétricos produzidos no Brasil, número recorde.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Renda até R\$ 3.036 é isenta

VANILSON OLIVEIRA

O Senado aprovou, ontem, o Projeto de Lei (PL) nº 2.692/2025, que isenta do Imposto de Renda (IR) trabalhadores e aposentados que recebem até dois salários mínimos mensais. A votação ocorreu após a oposição, formada por aliados do ex-presidente Jair Bolsonaro, desocupar o plenário principal da Casa, encerrando a série de protestos que durou dois dias. O objetivo dos bolsonaristas era paralisar os trabalhos legislativos, articulado após a imposição da prisão domiciliar ao ex-mandatário. Com a aprovação, o texto segue para sanção do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

A medida atualiza a faixa de isenção do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) para R\$ 3.036, em conformidade com o reajuste do salário mínimo. A expectativa do governo é de que aproximadamente 10 milhões de brasileiros sejam beneficiados, desde que optem pelo modelo simplificado de declaração.

O texto aprovado pelos senadores substitui a Medida Provisória 1.294/2025, editada em abril, cuja vigência se encerraria na próxima segunda-feira, dia 11. Caso não fosse convertida em lei, haveria o risco de revogação da faixa ampliada de isenção, o que voltaria a tributar contribuintes que recebem a partir de R\$ 2.606 mensais.

Relator da proposta, o líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PTBA), defendeu a iniciativa como uma ação de justiça fiscal.

"Todos que ganham até dois salários mínimos, empregados ou aposentados, estão isentos de pagar imposto de renda. Eu acho que é uma medida altamente saneadora, porque ela garante que aqueles que têm um poder financeiro menor não sejam obrigados a pagar o imposto", declarou. Em plenário, Wagner também agradeceu aos parlamentares pela celeridade.

"Parabenizo a Casa por ter compreendido a importância desse projeto para todos os trabalhadores e aposentados que ganham até dois salários mínimos. O objetivo é esse".

A proposta foi apresentada originalmente pelo deputado José Guimarães (PTCE), líder do governo na Câmara, e integra o conjunto de compromissos assumidos por Lula para reestruturar a tabela do IRPF e ampliar a progressividade do sistema tributário

brasileiro. A votação ocorreu de forma simbólica, sem registro nominal de votos.

Durante a análise no Senado, o senador Carlos Viana (Podemos- MG) propôs uma emenda para elevar o teto de isenção a R\$ 5 mil. Ele retirou a sugestão após negociação com Wagner, que esclareceu que essa mudança será tratada em projeto paralelo em tramitação na Câmara.

"Porque se há algo que a sociedade brasileira hoje não aguenta mais, é que nós majoremos aqui **impostos** no Brasil. A carga tributária em nosso país chegou a um problema sério", justificou Viana.

De acordo com estimativas do Ministério da Fazenda, o impacto fiscal da nova faixa de isenção será de R\$ 3,3 bilhões ainda em 2025.

Para os dois anos seguintes, os custos previstos são de R\$ 5,34 bilhões em 2026 e R\$ 5,73 bilhões em 2027.

A mudança será aplicada às declarações de Imposto de Renda relativas aos rendimentos obtidos a partir de maio de 2025, sem afetar os contribuintes que já entregaram a declaração neste ano.

A meta do governo agora é avançar ainda neste semestre com a proposta de isenção do IR para quem recebe até R\$ 5 mil. A matéria, já aprovada em comissão especial da Câmara, também prevê descontos progressivos para quem ganha entre R\$ 5 mil e R\$ 7.350. "Depois, trabalharemos para aprovar a proposta de estender a isenção para quem ganha até R\$ 5 mil. Seguimos trabalhando por mais justiça social e fiscal", disse o relator.

Site:

<https://flip.correio braziliense.com.br/edicao/imprensa/7670/08-08-2025.html?all=1>

Liderança feminina em grandes empresas, não tem mais como andar devagar (Artigo)

MAGDA CHAMBRIARD

MAGDA CHAMBRIARD Presidente da Petrobras

Recentemente, a Petrobras alcançou uma marca histórica: pela primeira vez em quase 72 anos, a diretoria da Petrobras é composta por uma maioria de mulheres. Além de mim, Magda Chambriard, integram a alta liderança quatro diretoras: a recém-empossada Angélica Laureano, Clarice Coppetti, Renata Baruzzi e Sylvia Anjos.

A celebração é necessária, mas esse marco desperta o questionamento: por que é tão raro ver mulheres no topo de grandes empresas nacionais e internacionais?

A pergunta requer a atenção das lideranças das organizações e de todos nós. Apesar dos avanços nos últimos anos, a presença feminina em cargos de alta liderança no Brasil e no mundo é uma questão. No Brasil, esse desafio se apresenta de forma contundente quando analisamos estudos sobre sub-representação de mulheres no mercado de trabalho e nos níveis executivos.

Conforme dados do Instituto de Economia Aplicada, o acesso ao mercado de trabalho como um todo já é desigual, o que se intensifica, obviamente, no topo. Afinal, quem chega ao topo se sequer não tem acesso à linha de partida? "Em 2022, 63% da população com idade para trabalhar participava da força de trabalho. Isto significa que essa população estava ocupada ou tomando providências para achar uma ocupação. Aqui já destacamos a primeira desigualdade: apenas 52% das mulheres negras e 54% das mulheres brancas participavam do mercado de trabalho remunerado. Entre os homens esse percentual era de 75% para os negros e 74% para os brancos." Entre as mais de 80 empresas que integram o Ibovespa, apenas três têm CEOs mulheres, sendo que duas dessas (Petrobras e Banco do Brasil) são estatais. A quarta edição do estudo "Mulheres em Ações", elaborado pela B3 em 2024, com dados de 359 empresas listadas na Bolsa, indica que 56% das empresas não têm mulheres entre seus diretores e 37% não têm mulheres em conselhos de administração.

Em relação à questão racial, a pesquisa apontou que 98,6% das empresas declararam não ter diretor estatutário preto e 87,7% não possuem diretores

estatutários pardos. Conclui-se que mulheres negras estão ainda mais distantes das cadeiras dos altos escalões.

Nesse aspecto, se a Petrobras comemora a maioria de mulheres em sua diretoria, é fruto de um trabalho constante e da gestão comprometida com a diversidade. Entre outras ações, o Conselho de Administração aprovou sua Política de Diversidade, Equidade e Inclusão em 2023 e instituiu metas para 2029: 25% de mulheres e 25% de pessoas negras em posições de liderança.

Para acelerar esse processo de transformação, temos investido em programas estruturados que já demonstram resultados. A Mentoria Feminina da Petrobras, por exemplo, contou com a participação de 105 mentoradas, das quais 46,6% já ascenderam a posições de liderança. Na mesma linha, reconhecendo os desafios específicos enfrentados por pessoas negras no ambiente corporativo, desenvolvemos a Mentoria Negritudes Petrobras, parte de um Programa de Equidade Racial mais amplo.

No campo das políticas públicas, o Brasil tem avançado. Exemplo disso foi a aprovação recente pelo Senado Federal de projeto de lei que reserva 30% das vagas nos conselhos de administração de companhias abertas e de empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias e controladas.

Outra importante iniciativa é o Pacto pela Diversidade, Equidade e Inclusão das Empresas Estatais Federais. São 35 empresas, incluindo a Petrobras, que representam cerca de 6% do PIB nacional e empregam mais de 436 mil pessoas. É uma clara demonstração do compromisso com ações de valorização das diferenças e inclusão de pessoas de grupos sub-representados.

A presença reduzida feminina em cargos de liderança configura não apenas um desequilíbrio estrutural nas organizações, mas também um nível menor de utilização de um potencial estratégico essencial à inovação, à diversidade de pensamento e ao desempenho sustentável. Segundo diversas pesquisas, empresas com maior presença feminina apresentam melhor desempenho em relação a suas empresas-pares, além de atraírem mais talentos.

Voltando à pergunta do início deste artigo, é importante termos a consciência de que a equidade de gênero requer intencionalidade, para que decisões sejam tomadas e se transformem em ações efetivas, promovendo mudanças reais e duradouras. Diversidade não é apenas fazer o certo - é vantagem competitiva. As instituições precisam caminhar juntas para construir um mercado de trabalho onde a presença das mulheres possa ser uma constante.

Quando uma mulher chega ao topo, puxa outras, representa e inspira uma coletividade que avança ao encontrar as oportunidades.

Site:

<https://flip.correiobrasiliense.com.br/edicao/imprensa/7670/08-08-2025.html?all=1>

Contornos da nova ideologia econômica

Esta semana entraram em vigor as novas tarifas sobre importações dos EUA, aí incluídas as aplicadas às compras de produtos brasileiros. Trata-se de uma mudança não trivial na política comercial americana e, de forma mais ampla, no comércio internacional. De acordo com o Bud-get Lab da Universidade de Yale, a tarifa média americana subiu de 2,42% em 2024, e de uma média de 2,5% em 1975-2024, para 17,35%, a mais alta taxa em 90 anos. No caso do Brasil, se calcula que a tarifa média é quase o dobro disso: 33%. E há mais por vir, com o presidente americano já prometendo para este mês tarifas sobre semicondutores e produtos farmacêuticos.

Três motivos são apontados para esse cavalo de pau. Um, o uso das tarifas como instrumento para forçar diferentes países a

se alinharem aos interesses americanos. É o caso do Brasil, como também o da Índia, cujas exportações para os EUA vão passar a pagar tarifas de 50%, metade disso por o país comprar petróleo da Rússia. Outro motivo, arrecadar mais **impostos**, compensando parcialmente a redução de receitas resultante da "Big Beautiful Bill" aprovada mês passado. Por fim, e em linha com essa alteração na estrutura tributária, pretende-se expandir significativamente a produção da indústria americana, via amplo programa de substituição de importações.

Este último ponto foi racionalizado em entrevista recente de William Lee, economista-chefe do Milken Institute (<https://bit.ly/40SR-Kav>). Aí fica claro o reconhecimento de que essa política compromete a eficiência, com a produção doméstica, baseada em cadeias locais de valor, sendo mais cara do que a prevalente no modelo anterior de livre comércio. Daí a necessidade das barreiras às importações, com que pese a expectativa de que esse custo caia com o tempo e seja mitigado pelo uso da inteligência artificial e da robótica. Seria o preço a pagar para garantir a autossuficiência necessária para promover a segurança nacional. A conferir, se o consumidor americano se contentará com pagar mais por produtos.

Outro pilar dessa nova ideologia parece ser o uso de políticas fiscais expansionistas, com elevados gastos em defesa, como também deve ser ver nos próximos anos na Europa, sem a contrapartida de um aumento da carga tributária, que é rejeitado pelos eleitores. Isso implica aceitar manter elevados déficits públicos, com a consequente escalada da razão dívida pública/**PIB**. Ocorre que essa razão já está bastante alta, por conta

do grande aumento da dívida pública, primeiro com a Crise Financeira Internacional de 2007-09 e, depois, com a pandemia.

A diferença em relação a esses dois períodos, porém, é que o custo do financiamento público está bem mais elevado, e, por bons motivos, em alta. Esse ponto é bem explorado em relatório recente da OCDE (<https://bit.ly/41agVII>). Considerando o agregado dos países da OCDE, vê-se que a dívida de mercado, apenas dos governos centrais, como proporção do **PIB**, "subiu de 82% (US\$ 54 trilhões) em 2023 para 84% (US\$ 55 trilhões) em 2024. Este valor, se projetado, deve crescer ainda mais, para 85% (US\$ 59 bilhões) em 2025, mais de 10 pontos percentuais do que em 2019 e quase o dobro do nível de 2007".

Dessa dívida, mais da metade foi emitida a taxas de juros inferiores às atuais taxas de mer-

cado, sendo que quase 45% dela irá vencer até 2027. Isso elevará a despesa do setor público com juros, como já vem ocorrendo: as despesas com "pagamento de juros do governo em relação ao **PIB** aumentaram em cerca de dois terços dos países da OCDE em 2024, atingindo 3,3% no agregado, um aumento de 0,3 ponto percentual em comparação com 2023".

Alguns países, em especial os EUA, mas não só, têm tentado mitigar esse problema encurtando o prazo das novas emissões de dívidas, em especial com o recurso às T-bills, papéis com prazo de um ano ou menos, que pagam taxas mais baixas de juros. Essas taxas são bastante influenciadas pela política monetária, o que ajuda a explicar outro traço dessa nova ideologia: a forte pressão feita pelo presidente Trump, igual à que fez o presidente Lula no Brasil em 2023-24, para que os presidentes do banco central baixem as taxas de juros, a despeito das pressões inflacionárias. Também neste ca-

so, o resultado pode ser uma maior tolerância com a **inflação**.

De forma mais ampla, a pressão fiscal deve levar à busca de formas de repressão financeira, via regulações e controles sobre o fluxo de capitais, que permitam aos governos, em especial o americano, se financiar a custo mais baixo. Isso tem surgido em algumas declarações de autoridades americanas, com ênfase na ideia de que essa conta seja paga pelos estrangeiros. Medidas nessa direção não deveriam surpreender. Isso naturalmente comprometeria o uso

do dólar como moeda de troca global, o que talvez explique as críticas do governo Trump ao desenvolvimento de meios de pagamento não lastreados na moeda americana.

Fica claro que caminhamos para uma nova e bem diferente configuração da economia global. O Brasil, como outros países na mesma situação, precisam se preparar para isso, entendendo como essas transformações o afetam e onde residem seus interesses. É preciso ter um plano de ação. Ficar concentrado na polarização política não vai levar a isso.

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/188290?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/188290?page=1§ion=1)**

Ibovespa tem quarta sessão de alta com balanços

Maria Fernanda Salinet, Bruna Furlani, Luana Reis, Arthur Cagliari e Gabriel Caldeira

Embalado por resultados melhores que o esperado na temporada de balanços do segundo trimestre, o Ibovespa engatou a quarta sessão consecutiva de ganhos e voltou a superar os 136 mil pontos. O índice fechou o dia com alta de 1,48%, aos 136.528 pontos.

A recepção positiva aos resultados divulgados por Eletrobras, Smart Fit e Cogna impulsionou as ações das três companhias, que ficaram entre as maiores valorizações no pregão. Os papéis preferenciais classe B da elétrica encerraram com avanço de 9,6%.

Os juros futuros fecharam em queda. Após operarem em ritmo mais positivo na maior parte do dia, as taxas acentuaram o recuo nas últimas horas da sessão, em um movimento que não teve um único gatilho claro. Participantes do mercado citaram que apostas em um ciclo de flexibilização monetária mais intenso no Brasil, assim como a nomeação de um novo diretor do Federal Reserve (Fed, banco central americano) e sinalizações acerca do quadro político doméstico apoiaram a melhora dos mercados no fim da tarde.

O dólar à vista, por sua vez, teve o quinto pregão consecutivo de desvalorização frente ao real, cedendo 0,74%, a R\$ 5,4226. Sem grandes vetores, a baixa liquidez pode ter reforçado o movimento. A inércia das dinâmicas recentes parece ajudar a manter o câmbio apreciado, nas palavras de um gestor, em condição de anonimato. A indicação de Stephen Miran para a diretoria do Fed, em um mandato "tampão" que vai até 31 de janeiro de 2026, também deu espaço a um enfraquecimento global do dólar, o que levou a divisa às mínimas.

Miran entrará no lugar de Adriana Kugler, que renunciou ao posto na semana passada. A expectativa é que ele tenha uma postura mais "dovish" (menos inclinada ao aperto monetário), o que tenderia a ampliar o coro de dirigentes a favor de cortes de juros nos EUA neste ano.

Ainda que o mercado tenha elevado as apostas em uma redução da taxa de juros em 2025, o Fed ainda parece bastante reticente em sinalizar um movimento de afrouxamento monetário, segundo o diretor de gestão de recursos da Mapfre Investimentos, Carlos

Eduardo Eichhorn.

Para o gestor, uma desvalorização contínua do dólar pode pressionar alguns preços e afetar a **inflação** nos EUA. Nesse contexto, ele diz acreditar que o Fed até poderia cortar os juros em setembro, mas avalia que haveria uma reversão mais à frente.

"Os impactos inflacionários ainda não surtiram efeito na economia americana. É muito difícil achar que as tarifas vão ser neutras para a política monetária", disse.

Apesar da apreciação mais recente do real frente ao dólar, as projeções para o câmbio não têm mudado muito. A XP afirmou, em nota, que manteve sua estimativa para taxa de câmbio a R\$ 5,50 por dólar no fim de 2025 e a R\$ 5,70 no ano que vem.

Dados coletados pelo Valor Data mostram que a mediana de 25 estimativas indica que o dólar deve fechar o ano em R\$ 5,60. No último levantamento, de julho, a mediana apontava para dólar a R\$ 5,65 no fim de 2025. Para o fim deste mês, a mediana de 18 projeções indica o dólar a R\$ 5,5110.

Já as bolsas em Nova York fecharam ontem em direções opostas, após falas mais duras de um dos dirigentes do Fed e com o mercado preocupado quanto à sucessão do BC americano. Embora tenha terminado o pregão com uma valorização pouco expressiva, o Nasdaq renovou mais uma vez seu recorde de fechamento, aos 21.242,697 pontos, com alta de 0,35%. Já o Dow Jones fechou em queda de 0,51% e o S P 500 cedeu 0,08%.

As bolsas em NY chegaram a abrir em alta, mas perderam força após Raphael Bostic, presidente do Fed de Atlanta, demonstrar um tom mais "hawkish" (mais restritivo), na contramão de outros dirigentes da autoridade.

Somado a isso, segundo a agência de notícias Bloomberg, Christopher Waller estaria entre os maiores candidatos para assumir liderança do Fed no ano que vem. Waller tem mostrado uma posição mais favorável a cortes de juros.

Por volta das 18h (de Brasília), o índice DXY, que mede o desempenho do dólar frente uma cesta de

outras seis moedas fortes, tinha leve queda de 0,09%, aos 98,08 pontos. Já as taxas das T-notes de 2 anos subiam para 3,736%, de 3,720% no fechamento anterior, e os rendimentos dos títulos de 10 anos avançavam para 4,259%, ante 4,232% no fechamento anterior.

Na contramão, os juros futuros locais fecharam em queda. A taxa do contrato de Depósito Interfinanceiro (DI) com vencimento de janeiro de 2026 oscilou de 14,905%, do ajuste anterior, para 14,895%; a do DI de janeiro de 2027 cedeu de 14,145% a 14,10%; a do DI de janeiro de 2029 recuou de 13,365% para 13,26%; e a do DI de janeiro de 2031 teve queda robusta de 13,59% a 13,46%.

Falas de gestores influentes também fizeram preço. Em evento da Porto Asset, Bruno Serra, ex-diretor de política monetária do Banco Central e atual gestor do fundo Janeiro, da Itaú Asset Management, afirmou que o BC deve ser surpreendido com uma **inflação** mais baixa. "O BC foi mais "hawk" nas reuniões recentes [do Comitê de Política Monetário] e está colhendo os frutos disso", disse. Para ele, as condições para iniciar o ciclo de cortes da taxa básica já devem se apresentar em dezembro, mas a postura mais adequada seria que as reduções começassem em janeiro ou março de 2026.

Marco Freire, gestor da Kinea Investimentos, também se mostrou otimista com a queda dos juros e disse ver espaço para, pelo menos, 4,5 pontos percentuais em cortes. Segundo ele, não há clareza sobre o momento, e por isso prefere se posicionar aplicado nos vértices de 2028 e 2029 da curva a termo.

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20250808>

Confederação pede que STF suspenda IOF em FIDC

Jéssica Sant"Ana e Tiago Ângelo De Brasília

A Confederação Nacional das Instituições Financeiras (antiga CNF, atual FIN) pediu ao ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), que suspenda liminarmente a incidência de Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) sobre fundos de investimento em direitos creditórios (FIDC). Também solicitou que seja suspensa a majoração da alíquota sobre operações de crédito para pessoas jurídicas.

O pedido de reconsideração foi protocolado ontem no processo que tratou sobre a análise do decreto do governo que aumentou as alíquotas do IOF para garantir o cumprimento das regras fiscais. O ministro considerou que o aumento das alíquotas foi válido, mas suspendeu a aplicação do imposto sobre operações de risco sacado, utilizadas por empresas para antecipar o pagamento de fornecedores.

A FIN argumentou que, como o ministro considerou ilegal a incidência de IOF sobre risco sacado, manter a cobrança sobre FIDC é inconstitucional. O decreto do governo prevê uma cobrança de 0,38%, que até o momento foi mantida por Moraes.

"Com a suspensão do IOF sobre as operações de risco sacado, a incidência do imposto sobre a aquisição primária de cotas de fundos de investimento em direitos creditórios (FIDC) - art. 32-D, do Decreto nº 6.306/2007 - perde a razão de ser e cria circunstância de manifesta inconstitucionalidade", disse a FIN.

Em junho, passou a incidir 0,38% de IOF sobre a aquisição primária de cotas de FIDCs subscritas após o dia 13 daquele mês, inclusive nas aquisições por instituições financeiras.

Para a FIN, manter as operações de risco sacado isentas de IOF e não os FIDCs gera assimetria. A confederação também afirmou que a incidência sobre FIDC gera tributação em cascata para as instituições financeiras. Isso porque as operações de crédito por elas praticadas, como regra geral, estão sujeitas à tributação própria do IOF, correspondente a uma alíquota de 0,0082% ao dia, adicionada de uma tarifa fixa de 0,38%.

Segundo a confederação, com a cobrança o custo

será repassado ao devedor. "Assim, além de padecer de um claro vício de inconstitucionalidade, com essa dupla oneração do "consumidor" o custo do crédito tenderia a ser majorado, ainda que indiretamente", alegou.

A FIN também pediu ao ministro a suspensão do artigo 7º do decreto 12.499, de 2025, que aumentou a alíquota diária de IOF cobrada sobre operações de crédito para pessoas jurídicas.

Para a FIN, a tributação vai no sentido oposto ao do combate da **inflação**. "Tais medidas levam, na verdade, ao encarecimento dos custos de produção, que serão repassados ao consumidor final. Como se sabe, o aumento dos custos de produção-que também é gerado pelo encarecimento do crédito - acaba por aumentar o preço dos bens e serviços adquiridos pelo consumidor, diminuindo o seu poder de compra."

Site: <https://valor.globo.com/impresso/20250808>